

Sindicatos independentes estão na mira das centrais sindicais

, 04 Março 2013 - 12:40:45

Universo de 2,6 mil pequenas entidades pode aumentar arrecadação de grupos sindicais. O Brasil tem hoje pouco mais de 10 mil sindicatos e 7,5 milhões de filiados, mas é um universo muito menor, de 2,6 mil entidades, que interessa às centrais sindicais. Estes são os sindicatos "independentes", isto é, que não são ligados a nenhuma das 12 centrais brasileiras. Os dados pertencem a levantamento do Ministério do Trabalho obtido pela reportagem, que serão divulgados nesta semana. Veja também: governo anuncia novas regras para criação de sindicatos. É com base nessas informações que o governo divide com as centrais o dinheiro arrecadado com a cobrança do imposto sindical, que representa um dia de trabalho de todos os 46 milhões de trabalhadores com carteira assinada do País.

Futura Press Greve dos portuários, organizada pela Força Sindical em fevereiro: central que abocanhar sindicatos menores Para obter uma parte do bolo, que no ano passado superou R\$ 2 bilhões, uma central precisa ter, no mínimo, 7% de representatividade. Apesar de existirem oficialmente 12 centrais no Brasil, apenas cinco recebem recursos provenientes do imposto sindical: CUT, Força Sindical, UGT, CTB e Nova Central. Por isso, a briga por sindicatos é tão feroz.

"Há uma quantidade ainda muito grande de sindicatos independentes e eles serão alvos da CUT a partir de agora. Queremos aumentar muito nossa base", disse o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas. A central é a maior do País com 2,1 mil sindicatos e 2,7 milhões de associados ou 35,6% do total. Assim, abocanha a maior parte do imposto. Ainda assim, a CUT é a única contrária ao repasse.

O Planalto quer fechar o cerco a sindicatos de fachada. Nos últimos anos, em busca de uma fatia maior do imposto sindical, as centrais buscaram todo tipo de entidade - até mesmo aquelas fantasmas. O governo aumentou o rigor sobre o registro sindical nesta semana, com medidas como reconhecimento em cartório de atas de fundação de entidades, e a exigência de assembleias.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.